

RESOLUÇÃO Nº 71 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO CADERNO DE PROVAS E GABARITO OFICIAL DA PROVA ESCRITA DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PALHOÇA/SC.

A COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução 085/2024 do CMDCA, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 209 de 02 de dezembro de 2015, que estabelece os parâmetros relativos à política municipal dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o Edital 003/2025 de 14 de outubro de 2025 que define as regras do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Palhoça/SC para o quadriênio 2024-2027;

CONSIDERANDO a superação da etapa de prova objetiva realiza no dia 20 de novembro de 2025 às 09:00h pelos candidatos aptos conforme Resolução da Comissão Especial do CMDCA nº 70 de 19 de novembro de 2025;

R.E.S.O.L.V.E.:

Art. 1º Divulgar o caderno de provas e o gabarito preliminar da Etapa de prova escrita referente ao Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselheiro Tutelar do município de Palhoça/SC, conforme Anexos I e II desta resolução.

Art. 2º O prazo para interposição de recursos referentes ao gabarito da prova objetiva estará aberto de 24 a 25 de novembro de 2025, conforme previsto no edital nº 003/2025 do processo de escolha.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 21 de novembro de 2025.

Reginalda Souza Pinto
Presidente da Comissão Especial Eleitoral
CMDCA/Palhoça/SC

ANEXO I - GABARITO PRELIMINAR

- | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01: B | 06: C | 11: A | 16: C |
| 02: D | 07: B | 12: C | 17: A |
| 03: A | 08: B | 13: A | 18: D |
| 04: B | 09: B | 14: C | 19: C |
| 05: A | 10: A | 15: A | 20: A |

ANEXO 2 – CADERNO DE PROVAS

QUESTÕES DE 01 A 15 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

01. Conforme o artigo 67 ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- Protegido.
- Perigoso, insalubre ou penoso.
- técnico.
- Preferencial.

02. O ECA em seu artigo 18 prevê que: é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento:

- socioeducativo.
- violador, comprometedor.
- punitivo, educativo e moral.
- Desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

03. Conforme o artigo 131, pode-se afirmar em relação ao Conselho Tutelar, EXCETO:

- É um Órgão Jurisdicional.
- É um Órgão Autônomo.
- É um Órgão Permanente.
- É encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

04. Pedro, um jovem de 12 anos, foi apreendido por agentes de segurança após cometer um ato infracional leve no dia do seu aniversário. Durante o procedimento, a equipe discutiu qual seria a categoria correta para classificá-lo segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com base no Art. 2º do ECA assinale a alternativa CORRETA:

- Pedro ainda é considerado criança, pois tem apenas 12 anos.
- Pedro é considerado adolescente, pois tem 12 anos completos.
- Pedro pode ser considerado criança ou adolescente, dependendo da decisão do juiz.
- Pedro não se enquadra no conceito de criança ou adolescente, pois já responde pelos seus atos como adulto.

05. Conforme o art. 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispõe sobre:

- A proteção integral à criança e ao adolescente.
 - A organização dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos.
 - As políticas públicas exclusivas de assistência social.
 - As normas gerais sobre educação básica e ensino obrigatório.
06. De acordo com o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que é considerado ato infracional?
- A qualquer desobediência à família ou à escola.
 - A qualquer comportamento que os pais considerem errado.
 - A conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal.
 - Apenas os crimes graves praticados por adolescentes.

07. De acordo com o artigo 4º do ECA, quem tem o dever de garantir os direitos fundamentais à criança e ao adolescente?

- A família a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público.
- A penas o Estado.
- Apenas as organizações.

08. De acordo com o Artigo 241 do Estatuto de Criança e do Adolescente, a pena para quem vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é:

- Multa de 10 (dez) salários-mínimos.
- Reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- Reclusão de um ano e realização de trabalho voluntário.
- Multa de 5 (cinco) salários mínimos.

09. De acordo com o parágrafo único do art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende-se por família extensa ou ampliada:

- A qualquer grupo de pessoas que more perto da criança ou adolescente, ainda que não exista parentesco ou convivência.
- Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se encontra à distância de uma unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- A família formada por padastro, madrasta e irmãos socioafetivos, desde que não haja convívio com os pais biológicos.
- Apenas os avôs paternos e maternos da criança ou adolescente, independentemente de convivência ou vínculo afetivo.

10. O art. 230 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tipifica como crime a cometeção de ato infracional ou desobediente de sua ordem, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA quanto a esse crime:

- O art. 230 prevê pena de detenção de seis meses a dois anos, para quem privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- Trata-se de mera irregularidade administrativa, sem previsão de pena privativa de liberdade, sendo aplicável apenas advertência à autoridade que praticar o ato.
- O dispositivo legal que se aplica a adolescentes não dispõe de pena privativa de liberdade, não alcançando situações envolvendo crianças.
- A apreensão sem flagrante ou ordem judicial é permitida quando houver denúncia anônima, independentemente de outras formalidades legais.

11. De acordo com o artigo 85 da Lei nº 8.069/90, sem previsão expressa autoridade judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de:

- Estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- Adultos não registrados como responsáveis legais.
- Qualquer adulto, mesmo que sejam pais ou responsáveis.
- Familares de segundo grau de parentesco.

12. De acordo com o Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata das atribuições do Conselho Tutelar, analise as afirmativas a seguir:

- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII.
- Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

São corretas as afirmações:

- Apenas os itens I e II estão corretos.
- Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- Todos os itens estão corretos.
- Apenas o item IV está correto.

13. De acordo com o art. 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a perda e a suspensão do poder familiar:

- serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22, II.
- Podem ser aplicadas diretamente pelo Conselho Tutelar, em procedimento administrativo, sempre que houver denúncia de maus-tratos.
- A dependem exclusivamente de solicitação da própria criança ou adolescente, que deve manifestar sua vontade perante o juiz, sem necessidade de outras provas.
- A conduto que viole as normas de direito civil.

14. Com base no art. 81 da Lei nº 8069/1990 é PERMITIDA a venda à venda à criança ou ao adolescente de:

- Armas, munições e explosivos.
- Bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência física ou psíquica.
- Livro infantil.
- bilhetes lotéricos e equivalentes.

15. A internação do adolescente, medida socioeducativa privativa de liberdade, segundo o ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 121, se sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e, no caso do adolescente, à nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a:

- Três anos.
- Dois anos.
- Cinco anos
- Quatro anos

QUESTÕES DE 16 A 20 – INFORMÁTICA

16. Correio eletrônico, ou simplesmente e-mail (abreviação de electronic mail), é uma ferramenta que permite compor, enviar e receber mensagens, textos, figuras e outros arquivos através da Internet. É um modo assíncrono de comunicação, ou seja, independe da presença simultânea do remetente e do destinatário. Assinale a alternativa que é correto quando a comunicação precisa ser feita entre pessoas que estejam muito distantes, em diferentes fusos horários. Assinale a alternativa que contém um sistema de e-mail muito utilizado nos dias atuais:

- TikTok.
- Clayby.
- Outlook.
- LinkedIn.

17. O editor de texto é uma das ferramentas mais básicas e importantes entre os aplicativos. No Pacote Office da Microsoft, esse programa é chamado de _____ e permite produzir diversos materiais em texto, como cartas, trabalhos acadêmicos, ofícios e livros. Além disso, conta com recursos para alterar as dimensões da folha, criar designs, inserir notas de rodapé e até realizar diagramações de monografias e livros.

- Word.
- Power Point.
- Scooby.
- Excel.

18. Assinale a alternativa que apresenta um equipamento capaz de fazer cópias físicas de documentos:

- Monitor.
- Notebook.
- Scanner.
- Copiadora.

19. No sistema operacional Windows, a combinação de teclas "Alt + Tab" resulta em um comando para:

- Dar zoom na imagem aberta.
- Aumentar a espessura do traço.
- Alternar entre aplicativos abertos.
- Aumentar o tamanho do texto.

20. Quando você baixa o programa Adobe Reader para possibilitar a visualização de arquivos no formato PDF, essa ação recebe o nome de:

- Download
- Upsize
- Upload
- Cloud computing

PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO PALHOÇA/SC

REDAÇÃO

NOOME:

CPF:

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade de escrita formal da língua portuguesa, com no mínimo 12 (doze) e no máximo 21 (vinte e uma) linhas, abordando o seguinte tema:

“O combate ao trabalho infantil e a proteção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.”

No desenvolvimento do seu texto, apresente argumentos sobre os riscos do trabalho precoce, a importância da escolarização, as responsabilidades do Estado na fiscalização, da sociedade na denúncia e da família na proteção, relacionando esses aspectos às garantias previstas no ECA.
